

PREGÃO PRESENCIAL 07/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2019

INTERESSADO: JOCEMARA SCHAFFER

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED, PARA ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO COMAJA.

Trata-se de pedido de impugnação formulado por pessoa física, a saber, Sra JOCEMARA SCHAFFER, brasileira, solteira, residente a Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, 165, 404 Porto Alegre, RS inscrita no CPF sob o nº 547.471.980/91, ao edital do Pregão Presencial Nº 07/2019, em trâmite nesta entidade sob o número de processo 42/2019.

De plano e sem rodeios, mister consignar que a presente Impugnação da Sra JOCEMARA SCHAFFER ao presente Edital de Licitação NÃO DEVE SER CONHECIDA, eis que é INTEMPESTIVA, portanto, não preenchendo este requisito extrínseco de admissibilidade do pleito.

Veja-se que do mero compulsar dos autos, percebe-se que foi protocolada a irresignação da Empresa no dia 09 de julho de 2019, às 15 horas e 20 minutos, por meio do encaminhamento de mensagem eletrônica para o e-mail planejamento@comaja.com.br.

Logo, considerando-se esta data e a prevista para a abertura dos envelopes, a qual está marcada para dia 12 de julho de 2019, às 09 horas, tem-se por INTEMPESTIVA A

IMPUGNAÇÃO, exatamente conforme determinado pelo §2º do artigo 41 da Lei Federal 8.666/93 que assim determina:

Art.41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§1º - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.

Do mesmo modo, o Edital em seu item 4.3, estabelece que:

4.3 Qualquer cidadão poderá impugnar, por alegada irregularidade, os termos do ato convocatório do pregão, protocolizando até **05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública do pregão**, exclusivamente através do endereço eletrônico indicado no item 4.1 deste Edital, até as 16h00min, no horário oficial de Brasília/DF. (grifo nosso)

O professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Livro ‘Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico’, faz a seguinte explanação acerca da contagem do prazo para apresentação de impugnação, a qual é válida para qualquer modalidade licitatória, assim pontuando e exemplificando:

A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para o dia da apresentação da proposta. (...) O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos.

Por seu turno, o artigo 110 da Lei de Licitações assim determina:

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Pois bem. Veja-se que no caso, parafraseando o Mestre Jacoby, tem-se que o dia 12 – sexta-feira – foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é a quinta-feira, dia 11; o quinto dia útil, o dia 05. Portanto, até às 16h do dia 05/07, é que poderia qualquer cidadão ter impugnado o edital.

Sendo que a impugnação somente aportou dia 09 de julho de 2019, como referido alhures, a INTEMPESTIVIDADE é patente e, conseqüentemente, o não conhecimento do pleito se impõe.

Posta a questão, *prima facie*, lendo e relendo a presente impugnação, nos chama a atenção pela semelhança entre a interposição de impugnações e denúncias aos processos anteriores de licitação para aquisição e instalação de luminárias publicados pelo COMAJA, quais sejam PP 07/2018 e CP 01/2019, que após todas as correções necessárias publicou este novo processo licitatório.

Não se consegue observar nenhuma exigência incompatível com a Lei nº 8.666/93 ou que tenha o condão de restringir indevidamente a participação de empresas tecnicamente capacitadas para licitar e contratar com a Administração o objeto da licitação *sub oculis*, ao contrário, se amoldam perfeitamente a legislação de regência deste procedimento.

Com efeito, a mera opinião de cidadão ou licitante, desacompanhada da demonstração de violação aos princípios norteadores da atuação administrativa e especialmente do processo licitatório, ainda que fosse coerente, não se sobrepõe ao interesse e conveniência pública que conduziram às exigências do presente Edital.

Sendo assim, os itens impugnados não restringem a participação de interessados no certame licitatório *sub ocullis*, não violando o disposto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, que transcrevo:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

É válido rememorar, antes de finalizar, que é crime impedir ou perturbar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, consoante art. 93 da Lei nº 8.666/90, que apenas a título de ilustração e advertência transcreve-se:

Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório:
Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Nesta senda, qualquer excesso no exercício do direito de defesa ou de recurso será objeto de apuração e, restando configurada essa prática, sobretudo de má fé, serão impostas as sanções legais e encaminhados aos autos ao Ministério Público para responsabilização criminal.

Ante o brevemente esposado ao norte, é a presente decisão pela improcedência da impugnação.

Ibirubá, 10 de julho de 2019

Adriana Azevedo
Pregoeira

Karina Wilm Doninelli
Assessora de Projetos e Planejamento